



# **Demonstrações Financeiras**

**COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS**

**Dezembro de 2022**



## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 3  |
| 2. Relatório da administração   | 10 |
| 3. Balanço Patrimonial  | 11 |
| 4. Demonstrações de Resultados  | 12 |
| 5. Demonstrações dos fluxos de caixa                                  | 13 |
| 6. Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido                   | 14 |
| 7. Demonstração do Resultado Abrangente                               | 15 |
| 8. Demonstração do Valor Adicionado                                   | 16 |
| 9. Notas Explicativas   | 17 |



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas da  
**COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS**  
Lajeado / RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as informações divulgadas nas notas explicativas nº 01 e para o fato de que a Companhia possui passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de R\$ 309.212 mil em 31 de dezembro de 2022, possui endividamento tributário, conforme detalhado nas notas explicativas 13 e 14. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que dependerá substancialmente, na manutenção dos resultados, geração de caixa operacional e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em dezembro de 2022 a Companhia possui contrato de prestação de serviço de abates de aves, por prazo determinado, que mantém junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle



de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia. Conforme apresentado na Nota explicativa 01, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### **1. Valor recuperável (*Impairment*) de propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida**

Conforme descrito nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 8, 10 e 11 face à obrigatoriedade de testar anualmente o “*Impairment*” de ativos de vida útil indefinida e devido a existência de indicadores, a Companhia avalia a existência de redução ao valor recuperável em relação a esses ativos, levando em consideração a sua unidade geradora de caixa (“UGC”) e, para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-contábeis desenvolvidos internamente. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa e valor de mercado (valor justo) para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

##### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto?*

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros a obtenção junto a administração da Companhia o entendimento do processo operacional de revisão, preparação e validação do fluxo de caixa projetado preparado por Companhia. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como preços de venda, custos operacionais e projeções de fluxos de caixa, bem como a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Baseados nos procedimentos, consideramos recuperáveis os ativos relacionados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre Valor recuperável (*impairment*).

#### **2. Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento**

Conforme descrito na nota explicativa nº 14, a Companhia possui parcelamentos tributários de diversas modalidades sendo parte integrante dos programas de parcelamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), possui parcelamentos de débitos fiscais parcelados previstos na Lei 12.996/14 (Refis da Copa) e reabertura do parcelamento da Lei 11.941/09 (Refis da Crise), Lei 13.043/14, Lei 13.496/17 (PERT). Devido à relevância dos montantes reconhecidos como passivo tributário, oriundos principalmente de impostos parcelados, e ao fato de a Companhia, com o auxílio de seus assessores ter que exercer julgamento para determinar a sua mensuração e reconhecimento, e ao fato que mudanças nas condições externas podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.



*Como nossa auditoria conduziu esse assunto?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram obtenção de evidências sobre o risco de perda considerado pela Companhia, posições tributárias adotadas, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais preparados por assessores tributários e/ou jurídicos, bem como a obtenção dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos envolvendo o diagnóstico e revisão dos impostos e contribuições federais mais relevantes, bem como:

- Avaliamos a conciliação entre os extratos de parcelamento dos órgãos governamentais na data-base de 31 de dezembro de 2022 e o passivo tributário registrado pela Companhia.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Identificamos os pagamentos dos passivos tributários registrados durante o exercício e confrontamos com as guias de liquidação.
- Para o passivo tributário parcelado e que se encontra em processo de homologação perante os órgãos governamentais, obtivemos confirmação da situação da homologação através de consulta no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) emitido pela Companhia.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração e documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados acima, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre os parcelamentos tributários.

### **3. Obrigações tributárias não parceladas**

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, a Companhia possui obrigações tributárias não parceladas no montante de R\$ 476.390, em função dos montantes envolvidos e de que nos anos de 2018 e 2019 a Companhia efetuou a recomposição e a atualização destas obrigações na contabilidade como base as informações apresentadas pelos respectivos órgãos fiscais, Receita Federal e PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e considerou que, devido as decisões judiciais proferidas até o momento foram desfavoráveis a Companhia em conjunto com a conciliação realizada de obrigações tributárias avaliou saldos glosados referente a este crédito, o qual recompôs o saldo, e ao fato de que as mudanças nos valores registrados podem impactar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Desta forma consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram o entendimento dos controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração, revisão das bases de cálculos para os tributos correntes e divulgação das obrigações tributárias, bem como:



- Avaliamos os argumentos e as opiniões legais, preparadas por consultores independentes contratados pela Companhia, que suportam a avaliação da probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, as quais fornecem informações sobre a natureza de cada tributo, esfera de cobrança, exposição e os valores registrados.
- Avaliamos as bases de cálculo dos tributos corrente em conjunto com as legislações fiscais vigentes.
- Efetuamos recálculos de atualização dos passivos tributários com base nos índices de correção aplicáveis.
- Avaliamos as conciliações entre os saldos contábeis registrados com as planilhas de apuração, os valores dos extratos emitidos junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como os documentos pertinentes à apuração e avaliamos a mensuração dos valores divulgados tendo por base as políticas contábeis aplicadas pela Companhia e comparamos com as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos adequados os registros contábeis efetuados e as informações divulgadas nas demonstrações contábeis da Companhia sobre as obrigações tributárias.

#### **4. Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas**

Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a Companhia é parte em uma série de processos judiciais relacionados a discussões cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso normal do negócio os quais envolvem montantes elevados. Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo. Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, combinado com a definição do momento adequado da competência para fins de reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

##### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto?*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos da Companhia; inspeção de atas de Reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração; discussões com a Administração e com seus assessores jurídicos sobre a evolução das principais causas, e análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis e leitura do Fato Relevante divulgado a respeito das ações cíveis em andamento da Companhia pela controladora.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as estimativas preparadas pela Administração na determinação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## **Outros Assuntos**

### ***Demonstrações do valor adicionado***

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimento de auditoria executado em conjunto com a auditoria das Demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as Demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### ***Auditoria do exercício anterior***

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nos examinadas e emitimos relatório dos auditores independentes datado de 16 de março de 2022, com opinião sem modificação, contendo parágrafo de incerteza sobre a continuidade operacional, e como principais assuntos de auditoria “PAA” os assuntos relacionados são: (1) Valor recuperável (Impairment) de outros ativos, propriedade para investimentos, imobilizado e intangível de vida útil indefinida; (2) Impostos e contribuições sociais – Programas de parcelamento, (3) Obrigações tributárias não parceladas, (4) Provisões e passivos contingentes – cíveis, fiscais e trabalhistas.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como



necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 09 de março de 2023.

**Sergio Laurimar Fioravanti**

Contador – CRCRS nº 48.601

**Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S**

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

CNAIPJ 000023





## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Mensagem aos Acionistas,

Em conformidade com o disposto no estatuto social e legislação vigente submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com a legislação societária vigente e as disposições da comissão de valores mobiliários.

Lajeado, 09 de março de 2023.

A Administração.



## Balço Patrimonial

Para os exercícos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

| Ativo Circulante                     |    |                | Passivo Circulante |  |          |                  |                  |
|--------------------------------------|----|----------------|--------------------|--|----------|------------------|------------------|
|                                      | NE | 31/12/22       | 31/12/21           | NE                                     | 31/12/22 | 31/12/21         |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa        | 4  | 149            | 859                | Fornecedores                           |          | 14.711           | 13.122           |
| Contas a receber                     | 5  | 120.072        | 102.721            | Salários e encargos sociais a pagar    | 11       | 15.417           | 13.664           |
| Estoques                             | 6  | 16.477         | 12.306             | Empréstimos e financiamentos           |          | 126              | 107              |
| Adiantamentos a fornecedores         |    | 973            | 183                | Adiantamento de clientes               | 5        | 11.690           | 11.566           |
| Impostos a recuperar                 | 7  | 13.026         | 10.221             | Obrigações tributárias                 | 12       | 476.371          | 461.269          |
| Outros ativos                        |    | 1.340          | 1.303              | Parcelamentos                          | 13       | 6.122            | 7.357            |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>     |    | <b>152.037</b> | <b>127.593</b>     | Impostos diferidos                     | 14       | 1.468            | 2.552            |
|                                      |    |                |                    | Outros passivos                        |          | 12.502           | 2.348            |
| <b>Ativo Não Circulante</b>          |    |                |                    | <b>Total do Passivo Circulante</b>     |          | <b>538.407</b>   | <b>511.985</b>   |
| Depósitos judiciais                  | 17 | 6.575          | 6.321              |  |          |                  |                  |
| Partes relacionadas                  | 16 | 18.843         | 7.535              | <b>Passivo Não Circulante</b>          |          |                  |                  |
| Outros ativos                        |    | 3.443          | 3.360              | Partes relacionadas                    | 15       | 10.627           | 16.758           |
| Impostos a recuperar                 | 7  | 298            | 331                | Empréstimos e financiamentos           |          | 160              | 250              |
| Propriedade para investimento        | 8  | 25.857         | 25.878             | Parcelamentos                          | 13       | 28.362           | 29.218           |
| Imobilizado                          | 9  | 92.713         | 89.787             | Impostos diferidos                     | 14       | 16.839           | 17.386           |
| Intangível                           | 10 | 304            | 349                | Provisão para contingências            | 16       | 14.887           | 17.013           |
| <b>Total do Ativo Não Circulante</b> |    | <b>148.033</b> | <b>133.561</b>     | Outros passivos                        |          | -                | -                |
|                                      |    |                |                    | <b>Total do Passivo Não Circulante</b> |          | <b>70.875</b>    | <b>80.625</b>    |
|                                      |    |                |                    |  |          |                  |                  |
|                                      |    |                |                    | <b>Patrimônio Líquido</b>              |          |                  |                  |
|                                      |    |                |                    | Capital social                         | 17       | 139.227          | 139.227          |
|                                      |    |                |                    | Ajuste de avaliação patrimonial        | 17       | 37.107           | 37.622           |
|                                      |    |                |                    | Prejuízo acumulado                     |          | (491.786)        | (510.578)        |
|                                      |    |                |                    | Outros resultados abrangentes          |          | -                | (1.524)          |
|                                      |    |                |                    | Reserva de incentivos fiscais          | 17       | 6.240            | 3.797            |
|                                      |    |                |                    | <b>Total do Patrimônio Líquido</b>     |          | <b>(309.212)</b> | <b>(331.456)</b> |
|                                      |    |                |                    |  |          |                  |                  |
| <b>Total do Ativo</b>                |    | <b>300.070</b> | <b>261.154</b>     | <b>Total do Passivo</b>                |          | <b>300.070</b>   | <b>261.154</b>   |



## Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

|   | <u>NE</u> | <u>31/12/22</u> | <u>31/12/21</u> |
|---|-----------|-----------------|-----------------|
| <b>Receita operacional líquida</b>                              | 20        | <b>365.740</b>  | <b>319.644</b>  |
| Custos operacionais   | 21        | (261.500)       | (239.583)       |
| <b>Lucro bruto</b>  |           | <b>104.240</b>  | <b>80.061</b>   |
| Outras receitas (despesas) operacionais                         |           |                 |                 |
| Gerais e administrativas  | 22        | (13.619)        | (11.530)        |
| Com vendas  | 23        | (29.961)        | (20.408)        |
| Outras despesas operacionais                                    | 24        | (18.017)        | (8.040)         |
| Outras receitas operacionais                                    | 25        | 8.688           | 13.519          |
| Total despesas operacionais                                     |           | (52.909)        | (26.459)        |
| <b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>      |           | <b>51.331</b>   | <b>53.602</b>   |
| Despesas financeiras  | 26        | (40.689)        | (25.476)        |
| Receitas financeiras  | 27        | 16.515          | 17.946          |
| Total do resultado financeiro                                   |           | (24.174)        | (7.530)         |
| <b>Lucro antes do imposto de renda e de contribuição social</b> |           | <b>27.157</b>   | <b>46.072</b>   |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                 |           | 1.630           | (1.247)         |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                 |           | (8.067)         | (7.622)         |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                               |           | <b>20.720</b>   | <b>37.203</b>   |
| Lucro diluído por ação - R\$                                    |           | 0,08589         | 0,15422         |



## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

|  | <u>31/12/22</u> | <u>31/12/21</u> |
|--|-----------------|-----------------|
| <b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>   |                 |                 |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>  | <b>20.720</b>   | <b>37.203</b>   |
| <b>Ajustes para conciliar o prejuízo líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b> |                 |                 |
| Depreciação e amortização  | 7.017           | 6.408           |
| Provisão (reversão) para riscos de créditos  | 99              | 2.571           |
| Juros e encargos financeiros sobre empréstimos   | 150             | 80              |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | (1.631)         | 1.247           |
| Baixa de bens do imobilizado e intangível  | 637             | 611             |
| Provisão para contingências  | 17.166          | 12.160          |
| Atualização de passivos tributários  | 20.623          | 12.350          |
| Ajuste trava cambial   | 1.524           | (2.264)         |
|  | <b>66.305</b>   | <b>70.366</b>   |
| <b>Variações nos ativos e passivos</b>   |                 |                 |
| Contas a receber   | (17.450)        | (12.228)        |
| Estoques   | (4.171)         | (2.438)         |
| Impostos a recuperar   | (2.772)         | (9.847)         |
| Adiantamento a fornecedores  | (790)           | 263             |
| Outros ativos  | (120)           | (125)           |
| Depósitos judiciais  | (254)           | 936             |
| Fornecedores   | 1.589           | 2.152           |
| Obrigações tributárias   | (7.612)         | (14.135)        |
| Salários e encargos sociais a pagar  | 1.753           | (255)           |
| Adiantamento de clientes   | 124             | (4.169)         |
| Provisão para contingências  | (19.292)        | (13.721)        |
| Outras obrigações  | 10.154          | (6.043)         |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>                                      | <b>27.464</b>   | <b>10.756</b>   |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>   |                 |                 |
| Aquisições de imobilizados   | (10.480)        | (4.131)         |
| Aquisições de intangíveis  | (34)            | (97)            |
| <b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimen</b>                            | <b>(10.514)</b> | <b>(4.228)</b>  |
| <b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>   |                 |                 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos  | (221)           | (128)           |
| Variação líquida com partes relacionadas   | (17.439)        | (5.678)         |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                                  | <b>(17.660)</b> | <b>(5.806)</b>  |
| <b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>  | <b>(710)</b>    | <b>(10.034)</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do ano   | 859             | 137             |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do período  | 149             | 859             |
| <b>Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>  | <b>(710)</b>    | <b>722</b>      |



## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

|   | Capital Social | Ajuste de Avaliação Patrimonial | Outros Resultados Abrangentes | Reserva de Incentivos Fiscais | Prejuízos acumulados | Total            |
|---|----------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> | <b>139.227</b> | <b>38.179</b>                   | <b>-</b>                      | <b>1.517</b>                  | <b>(545.318)</b>     | <b>(366.395)</b> |
| Ajuste de trava cambial                 | -              | -                               | (1.524)                       | -                             | (740)                | (2.264)          |
| Realização de avaliação patrimonial     | -              | (557)                           | -                             | -                             | 557                  | -                |
| Lucro líquido do exercício              | -              | -                               | -                             | -                             | 37.203               | 37.203           |
| Reserva de subvenções governamentais    | -              | -                               | -                             | 2.280                         | (2.280)              | -                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> | <b>139.227</b> | <b>37.622</b>                   | <b>(1.524)</b>                | <b>3.797</b>                  | <b>(510.578)</b>     | <b>(331.456)</b> |
| Ajuste de trava cambial                 | -              | -                               | 1.524                         | -                             | -                    | 1.524            |
| Realização de avaliação patrimonial     | -              | (515)                           | -                             | -                             | 515                  | -                |
| Lucro líquido do exercício              | -              | -                               | -                             | -                             | 20.720               | 20.720           |
| Reserva de subvenções governamentais    | -              | -                               | -                             | 2.443                         | (2.443)              | -                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b> | <b>139.227</b> | <b>37.107</b>                   | <b>-</b>                      | <b>6.240</b>                  | <b>(491.786)</b>     | <b>(309.212)</b> |



## Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

*(Em milhares de Reais)*

|                               | <u>31/12/22</u> | <u>31/12/21</u> |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Lucro líquido do exercício    | 20.720          | 37.203          |
| Outros resultados abrangentes | -               | (1.524)         |
| Resultado abrangente total    | 20.720          | 35.679          |



## Demonstração do Valor Adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

|  | <u>31/12/22</u>  | <u>31/12/21</u>  |
|--|------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>                                    | <b>394.331</b>   | <b>348.945</b>   |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços         | 390.679          | 343.218          |
| Outras receitas                                    | 3.751            | 8.298            |
| (Provisão) Reversão para riscos de créditos        | (99)             | (2.571)          |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>             | <b>(192.258)</b> | <b>(152.375)</b> |
| Custo de produtos, mercadorias e serviços vendi    | (168.623)        | (131.710)        |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outro  | (23.635)         | (20.665)         |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                      | <b>202.073</b>   | <b>196.570</b>   |
| <b>Depreciação, amortização e exaustão</b>         | <b>(7.017)</b>   | <b>(6.408)</b>   |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>          | <b>195.056</b>   | <b>190.162</b>   |
| <b>Valor adicionado recebido por transferência</b> | <b>4.248</b>     | <b>14.338</b>    |
| Receitas Financeiras                               | (916)            | 4.898            |
| Outras   | 5.164            | 9.440            |
| <b>Valor adicionado a distribuir</b>               | <b>199.304</b>   | <b>204.500</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>            | <b>199.304</b>   | <b>204.500</b>   |
| <b>Remuneração do Trabalho</b>                     | <b>122.710</b>   | <b>117.521</b>   |
| Remuneração direta                                 | 101.003          | 96.176           |
| Benefícios   | 15.986           | 14.910           |
| FGTS   | 5.721            | 6.435            |
| <b>Remuneração do Governo</b>                      | <b>32.409</b>    | <b>33.128</b>    |
| Federais   | 16.349           | 17.227           |
| Estaduais  | 16.060           | 15.901           |
| <b>Remuneração Capitais de Terceiros</b>           | <b>23.465</b>    | <b>16.648</b>    |
| Juros  | 23.465           | 16.648           |
| Outros   | -                | -                |
| <b>Remuneração de capitais próprias</b>            | <b>20.720</b>    | <b>37.203</b>    |
| Lucro líquido do exercício                         | 20.701           | 37.169           |
| Participações de minoritários                      | 19               | 34               |



## COMPANHIA MINUANO DE ALIMENTOS

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

### 1 - Contexto operacional

#### 1.1 - Atividades desenvolvidas

A Companhia Minuano de Alimentos, doravante tratada como “Minuano”, tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central, Ásia e Oceania.

#### 1.2 - Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis da Minuano foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Minuano entende ser capaz de cumprir com as obrigações sociais, tributárias e parcelamentos (notas explicativas 11, 12 e 13), muito embora não se descarta a necessidade de recorrer a fontes de financiamento.

#### 1.3 - Continuidade operacional

A administração da Companhia vem atuando fortemente na manutenção e regularização da dívida tributária, e neste sentido, efetuou adesão em programas de parcelamentos tributários, os quais atualmente encontram-se vigentes e adimplentes, conforme exposto no quadro a seguir:

|                              | <u>Período de Adesão</u> | <u>Dívida Parcelada</u> | <u>Saldo em 31/12/22</u> |
|------------------------------|--------------------------|-------------------------|--------------------------|
| Parcelamento - Lei 12.996/14 | 2014                     | 83.843                  | 15.429                   |
| Parcelamento - PERT          | 2017                     | 47.276                  | 9.303                    |
|                              | <b>Total</b>             | <b>131.119</b>          | <b>24.732</b>            |

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa e regular junto à outra empresa do ramo.

A manutenção destas atividades só se faz possível visto as condições específicas do contrato relacionadas a habilitações para atendimento de quesitos de qualidade técnica dos produtos, produção personalizada para determinados clientes, e ciclo produtivo na prestação de serviços de produção de ovos, pintos de um dia, rações, abate de frangos e processamento industrial de carne de frango, através do seu complexo agroindustrial localizado na região de Lajeado (RS).

As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos. O quadro de pessoas envolvidas neste ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A Administração da Companhia reconhece as dificuldades de estrutura de capital, elevada dívida tributária, no entanto, conforme descrito acima, a Administração não tem dúvida quanto à continuidade operacional dos negócios da Companhia. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentada o crescimento das operações da Companhia.



## **2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis do exercício de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09, normas brasileiras de contabilidade, pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC e aprovados pela comissão de valores mobiliários - CVM.

## **3 - Resumo das principais práticas contábeis**

### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas demonstrações contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM).

### **3.2 Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis**

A administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.4 Instrumentos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e
- ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.



Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo, os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivo, ganhos e ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Esses ativos são mensurados ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes e nunca são reclassificados para o resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Propriedades para investimentos (nota 8)

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.6 Contas a receber**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

### **3.7 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais, também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.



### **3.8 Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.9 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.10 Investimentos**

#### **3.10.1 Propriedades para investimentos**

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

#### **3.11 Imobilizado**

De acordo com a deliberação CVM n° 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **3.12 Intangível**

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas, a avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através da análise do valor em uso.



As práticas supramencionadas relativas aos ativos intangíveis estão em conformidade com a deliberação CVM n° 644/10.

### **3.13 Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício a Companhia, revisa o valor contábil de seus ativos, tais como, propriedade para investimentos, ativos tangíveis e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.14 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

### **3.15 Estimativas dos ativos e passivos contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procede à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

### **3.16 Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente, o mesmo critério pode ser aplicado aos ativos e passivos circulantes, quando seu efeito for considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a deliberação CVM n° 564/08.

### **3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a deliberação CVM n° 599/09, a Companhia não efetuou o registro dos tributos diferidos, visto que a administração julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na parte “B” dos livros fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.



### 3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

### 3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

### 3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

## 4 - Caixa e equivalentes de caixa

|                         | 31/12/22   | 31/12/21   |
|-------------------------|------------|------------|
| Caixa                   | 6          | 4          |
| Bancos - conta corrente | 143        | 855        |
| <b>Total</b>            | <b>149</b> | <b>859</b> |

## 5 - Contas a receber



|                                   | <u>31/12/22</u>       | <u>31/12/21</u>       |
|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Mercado interno                   | 51.868                | 46.155                |
| Mercado externo                   | 5.885                 | 4.978                 |
| Numerários em trânsito            | 64.611                | 56.379                |
| Trava Cambial                     | 972                   | (1.524)               |
| (-) Provisão para perda esperadas | (3.264)               | (3.267)               |
| <b>Total</b>                      | <b><u>120.072</u></b> | <b><u>102.721</u></b> |

|                                | <u>31/12/22</u>       |             | <u>31/12/21</u>       |             |
|--------------------------------|-----------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| <b>Vencidos</b>                |                       |             |                       |             |
| Até 30 dias                    | 12.023                | 10%         | 10.024                | 10%         |
| De 31 a 60 dias                | 2                     | 0%          | 233                   | 0%          |
| De 61 a 90 dias                | 57                    | 0%          | 10                    | 0%          |
| De 91 a 120 dias               | 5                     | 0%          | 19                    | 0%          |
| De 121 a 150 dias              | 6                     | 0%          | 11                    | 0%          |
| De 151 a 180 dias              | 1                     | 0%          | 4                     | 0%          |
| Acima de 180 dias              | 3.264                 | 3%          | 3.267                 | 3%          |
| <b>Sub-total</b>               | <b><u>15.358</u></b>  | <b>13%</b>  | <b><u>13.568</u></b>  | <b>13%</b>  |
| <b>À vencer</b>                |                       |             |                       |             |
| Até 30 dias (a)                | 32.807                | 27%         | 27.189                | 26%         |
| De 31 a 60 dias                | 10.560                | 9%          | 8.852                 | 9%          |
| <b>Sub-total</b>               | <b><u>43.367</u></b>  | <b>36%</b>  | <b><u>36.041</u></b>  | <b>35%</b>  |
| <b>À liquidar</b>              |                       |             |                       |             |
| Numerários em trânsito (a)     | 64.611                | 54%         | 56.379                | 55%         |
| <b>Sub-total</b>               | <b><u>64.611</u></b>  |             | <b><u>56.379</u></b>  |             |
| Provisão para perdas esperadas | (3.264)               | -3%         | (3.267)               | -3%         |
| <b>Total</b>                   | <b><u>120.072</u></b> | <b>100%</b> | <b><u>102.721</u></b> | <b>100%</b> |

(a) O montante demonstrado no quadro acima como “À liquidar” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a respectiva conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio).

## 6 - Estoques

|                               | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>      |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| Produtos prontos              | 3.282                | 2.021                |
| Produtos em elaboração        | 154                  | 163                  |
| Matérias primas               | 3.204                | 2.173                |
| Materiais de embalagem        | 2.778                | 2.749                |
| Materiais de manutenção       | 6.270                | 4.907                |
| Estoque em poder de terceiros | 789                  | 293                  |
| <b>Total</b>                  | <b><u>16.477</u></b> | <b><u>12.306</u></b> |

A Companhia continuamente realiza análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.



## 7 - Impostos a recuperar

|   | 31/12/22      | 31/12/21      |
|---|---------------|---------------|
| IRRF a recuperar                            | 3             | 2             |
| PIS e COFINS a recuperar                    | 684           | 390           |
| ICMS a recuperar                            | 148           | -             |
| ICMS a recuperar - Imobilizado              | 314           | 267           |
| Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS (a) | 6.602         | 9.562         |
| INSS a Compensar (b)                        | 5.275         | -             |
| <b>Circulante</b>                           | <b>13.026</b> | <b>10.221</b> |
| ICMS a Recuperar - Imobilizado              | 298           | 331           |
| <b>Não Circulante</b>                       | <b>298</b>    | <b>331</b>    |

### (a) Incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia apresenta discussão sobre o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das Contribuições ao PIS e da COFINS em duas medidas judiciais: nos autos do Mandado de Segurança nº 5002947-14.2011.4.04.7111, limitado ao período anterior à 31 de dezembro de 2014, o qual já teve seu trânsito em julgado de decisão favorável aos interesses da empresa, e, nos autos do Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, relacionado ao período posterior à 31 de dezembro de 2014, o qual foi deferido, via medida liminar, a suspensão pela exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS e corroborado por meio de sentença.

A partir de junho de 2019, a Companhia se utiliza da decisão liminar relacionada ao Mandado de Segurança nº 5000196-73.2019.4.04.7111, que suspendeu a exigibilidade da contribuição ao PIS e da COFINS sobre os valores correspondentes ao ICMS, e passou a efetuar a tributação de PIS e COFINS sobre as suas vendas já com a base de cálculo sem a incidência do ICMS.

Posteriormente, com base nas discussões judiciais da Companhia, bem como a decisão do STF no processo RE 574.706 com repercussão geral, onde ficou definido a inconstitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre o ICMS destacado em nota fiscal, a Companhia procedeu com o levantamento de informações e documentos para apuração dos créditos tributários, e após longo processo de revisão e conciliação, efetuou, em dezembro de 2021, o reconhecimento dos valores apurados, os quais totalizaram o montante de R\$ 9.562, sendo R\$ 5.343 referente a parte principal do crédito, e destacado neste relatório através da nota explicativa nº 26 - Outras Receitas Operacionais, e R\$ 4.219 referente a parcela de juros sobre atualização dos créditos fiscais, destacado neste relatório através da nota explicativa nº 28 - Receitas Financeiras.

Em março de 2022, foi realizado o pedido de habilitação dos créditos no valor de R\$ 3.187.565,74, o qual foi homologado no mês de abril de 2022. O referido crédito foi utilizado para a compensação de impostos correntes apurados no período.

Com relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) cujo Plenário considerou que “uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário”, e em atendimento ao Ofício Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP que indica a necessidade de uma robusta divulgação do tema, a Companhia informa que está realizando todos os levantamentos necessários a fim de avaliar os possíveis impactos de tal decisão. Informa ainda que até a publicação das demonstrações contábeis não foram identificados pelos assessores jurídicos da Companhia, impactos relevantes sobre este tema.



## (b) Crédito de INSS a compensar

O montante de R\$ 5.275, registrado na rubrica “INSS a compensar” refere-se a pagamento de guias GPS, recolhidas de forma mensal e consecutiva no período de 05/2018 até 06/2022, tais pagamentos deveriam ser alocados a pedido de parcelamento convencional de débitos previdenciários, realizado e protocolado na Receita Federal do Brasil em 05/2018.

Devido a uma falha no processo de efetivação do parcelamento, o pedido não foi homologado pela Receita Federal do Brasil, o que ocasionou a inscrição dos débitos previdenciários em dívida ativa. Deste modo, a Companhia realizou novo pedido de parcelamento dos débitos através do portal regularize, porém, os pagamentos até então efetuados se tornaram “indébitos tributários”, gerando um crédito para a Companhia, o qual será utilizado no decorrer dos próximos meses para abatimento de dívidas federais.

## 8 - Propriedades para investimentos

A Companhia possui os seguintes saldos de propriedades para investimentos:

| Grupo                   | 31/12/22      |                 |               | 31/12/21      |                 |               |
|-------------------------|---------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|
|                         | Custo         | Deprec.         | Líquido       | Custo         | Deprec.         | Líquido       |
| Terrenos                | 7.742         | -               | 7.742         | 7.742         | -               | 7.742         |
| Obras civis             | 24.498        | (6.393)         | 18.105        | 24.498        | (6.393)         | 18.105        |
| Máquinas e equipamentos | 11.391        | (6.320)         | 5.071         | 11.390        | (6.319)         | 5.071         |
| Outros                  | 290           | (205)           | 85            | 315           | (209)           | 106           |
| ( - ) Impairment        | (5.146)       | -               | (5.146)       | (5.146)       | -               | (5.146)       |
| <b>Total</b>            | <b>38.775</b> | <b>(12.918)</b> | <b>25.857</b> | <b>38.799</b> | <b>(12.921)</b> | <b>25.878</b> |

Os valores das propriedades para investimentos apresentados em 31 de dezembro de 2022 foram avaliados por meio de cotação junto a imobiliária, e desta avaliação não foi identificada necessidade de ajuste por perda de ativo para este exercício. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

| Grupo                   | Saldo em      |          |             |          | Deprec.  | Transf.       | Saldo em |
|-------------------------|---------------|----------|-------------|----------|----------|---------------|----------|
|                         | 31/12/21      | Adições  | Baixas      |          |          |               |          |
| Terrenos                | 7.742         | -        | -           | -        | -        | 7.742         |          |
| Obras civis             | 18.105        | -        | -           | -        | -        | 18.105        |          |
| Máquinas e equipamentos | 5.071         | -        | -           | -        | -        | 5.071         |          |
| Outros                  | 106           | -        | (21)        | -        | -        | 85            |          |
| ( - ) Impairment        | (5.146)       | -        | -           | -        | -        | (5.146)       |          |
| <b>Total</b>            | <b>25.878</b> | <b>-</b> | <b>(21)</b> | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>25.857</b> |          |

No quando a seguir são demonstradas as propriedades para investimento, com as respectivas avaliações a valor justo, a qual é realizada anualmente. Deste modo, os valores apresentados no quadro a seguir são relativos à 31 de dezembro de 2022:



|                                    |                     | Valor contábil<br>31/12/2022 | Valor justo<br>31/12/2022 | Unidade<br>Alugada |
|------------------------------------|---------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------|
| Abatedouro Frigorífico de Suínos   | Armazem - SC        | 3.850                        | 5.230                     | Não                |
| Fábrica de Embutidos               | Jaraguá do Sul - SC | 1.346                        | 13.346                    | Sim                |
| Abatedouro Frigorífico de Aves     | Passo Fundo - RS    | 8.877                        | 12.774                    | Sim                |
| Comercialização de Ovos            | Lajeado - RS        | 4.166                        | 6.066                     | Sim                |
| Granjas                            | Cruzeiro - RS       | 2.462                        | 6.921                     | Não                |
| <b>Total em Prédios e Terrenos</b> |                     | <b>20.701</b>                | <b>44.337</b>             |                    |
| Máquinas e Equipamentos            | N/A                 | 5.071                        | -                         |                    |
| Instalações e Outros               | N/A                 | 85                           | -                         |                    |
| <b>Total</b>                       |                     | <b>25.857</b>                | <b>44.337</b>             |                    |

A metodologia utilizada pela Companhia para avaliação das propriedades para investimento é baseada na apuração do valor justo, no qual os valores de terrenos e prédios são mensurados por profissional técnico, devidamente cadastrado no CRECI - Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Sul, acrescenta-se ainda nesta análise a avaliação de maquinários disponíveis nas respectivas propriedades, estes são avaliados pelo valor de custo histórico deduzidos da depreciação acumulada.

O montante de aluguel gerado pelas propriedades para investimento foi de R\$ 769 para o exercício de 2022 (R\$ 398 referente ao exercício de 2021), conforme apresentado em nota explicativa nº 25 - Outras Receitas Operacionais.

## 9 - Imobilizado

A Companhia possui os seguintes saldos de imobilizado:

| Grupo                      | Taxas         | 31/12/22       |                 |               | 31/12/21       |                 |               |
|----------------------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------|---------------|
|                            |               | Custo          | Deprec.         | Líquido       | Custo          | Deprec.         | Líquido       |
| Terrenos                   | -             | 15.593         | -               | 15.593        | 15.593         | -               | 15.593        |
| Prédios                    | 2,50%         | 78.936         | (27.452)        | 51.484        | 74.324         | (26.232)        | 48.092        |
| Maquinas e equipamentos    | 5,00% - 6,67% | 62.332         | (41.939)        | 20.393        | 66.388         | (44.035)        | 22.353        |
| Moveis e utensílios        | 8,33%         | 3.229          | (1.419)         | 1.810         | 5.150          | (3.728)         | 1.422         |
| Computadores e periféricos | 33,33%        | 2.326          | (1.170)         | 1.156         | 2.681          | (1.338)         | 1.343         |
| Veículos                   | 20,00%        | 892            | (738)           | 154           | 891            | (692)           | 199           |
| Imobilizações em andamento | -             | 2.123          | -               | 2.123         | 785            | -               | 785           |
| Outros                     | -             | 14             | (14)            | -             | 13             | (13)            | -             |
| <b>Total</b>               |               | <b>165.445</b> | <b>(72.732)</b> | <b>92.713</b> | <b>165.825</b> | <b>(76.038)</b> | <b>89.787</b> |

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

| Grupo                      | Saldo em      |               |              |                | Saldo em |               |
|----------------------------|---------------|---------------|--------------|----------------|----------|---------------|
|                            | 31/12/21      | Adições       | Baixas       | Deprec.        | Transf.  | 31/12/22      |
| Terrenos                   | 15.593        | -             | -            | -              | -        | 15.593        |
| Prédios                    | 48.092        | 187           | (1)          | (2.119)        | 5.325    | 51.484        |
| Maquinas e equipamentos    | 22.353        | 651           | (420)        | (4.175)        | 1.984    | 20.393        |
| Moveis e utensílios        | 1.422         | 765           | (155)        | (268)          | 46       | 1.810         |
| Computadores e periféricos | 1.343         | 195           | (37)         | (373)          | 28       | 1.156         |
| Veículos                   | 199           | -             | -            | (45)           | -        | 154           |
| Imobilizações em andamento | 785           | 8.722         | (1)          | -              | (7.383)  | 2.123         |
| <b>Total</b>               | <b>89.787</b> | <b>10.520</b> | <b>(614)</b> | <b>(6.980)</b> | <b>-</b> | <b>92.713</b> |



Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

## 10 - Intangível

A Companhia possui os seguintes saldos de intangível:

| Grupo             | Taxas  | 31/12/22   |              |            | 31/12/21   |              |            |
|-------------------|--------|------------|--------------|------------|------------|--------------|------------|
|                   |        | Custo      | Amort.       | Líquido    | Custo      | Amort.       | Líquido    |
| Softwares         | 20,00% | 437        | (281)        | 156        | 679        | (478)        | 201        |
| Marcas e Patentes | -      | 148        | -            | 148        | 148        | -            | 148        |
| <b>Total</b>      |        | <b>585</b> | <b>(281)</b> | <b>304</b> | <b>827</b> | <b>(478)</b> | <b>349</b> |

A movimentação do intangível apresenta-se da seguinte forma:

| Grupo             | Saldo em   |           |            | Amort.      | Transf.  | Saldo em   |
|-------------------|------------|-----------|------------|-------------|----------|------------|
|                   | 31/12/21   | Adições   | Baixas     |             |          |            |
| Softwares         | 201        | 34        | (2)        | (77)        | -        | 156        |
| Marcas e Patentes | 148        | -         | -          | -           | -        | 148        |
| <b>Total</b>      | <b>349</b> | <b>34</b> | <b>(2)</b> | <b>(77)</b> | <b>-</b> | <b>304</b> |

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

## 11 - Salários e encargos sociais a pagar

|                                   | 31/12/22      | 31/12/21      |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Provisões de férias e 13º salário | 9.181         | 7.718         |
| Salários / Pró-labore a pagar     | 3.608         | 3.116         |
| Rescisões a pagar                 | 50            | 44            |
| Outras obrigações a pagar         | 2.578         | 2.786         |
| <b>Total</b>                      | <b>15.417</b> | <b>13.664</b> |

## 12 - Obrigações tributárias



|                   | <u>31/12/22</u>       | <u>31/12/21</u>       |
|-------------------|-----------------------|-----------------------|
| INSS a recolher   | 265.880               | 258.159               |
| FGTS a recolher   | 3.899                 | 3.693                 |
| IRRF a recolher   | 639                   | 440                   |
| IRPJ a recolher   | 101.635               | 98.206                |
| CSLL a recolher   | 38.565                | 37.074                |
| COFINS a recolher | 49.296                | 47.152                |
| PIS a recolher    | 10.519                | 10.059                |
| Impostos Retidos  | 34                    | 27                    |
| ICMS a recolher   | 1.100                 | 1.791                 |
| Outros            | 4.804                 | 4.668                 |
| <b>Total</b>      | <b><u>476.371</u></b> | <b><u>461.269</u></b> |

A Companhia realizou a equalização da dívida tributária, utilizando como base os débitos informados pelo respectivo agente de cobrança (PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil), no quadro abaixo demonstra-se os valores de forma segregada.

|                   | <u>31/12/22</u>     |                       |                       | <u>31/12/21</u>     |                       |                       |
|-------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|
|                   | <u>RFB</u>          | <u>PGFN</u>           | <u>Total</u>          | <u>RFB</u>          | <u>PGFN</u>           | <u>Total</u>          |
| INSS a recolher   | 1.521               | 264.359               | 265.880               | 1.342               | 256.817               | 258.159               |
| FGTS a recolher   | 839                 | 3.060                 | 3.899                 | 735                 | 2.958                 | 3.693                 |
| IRRF a recolher   | 639                 | -                     | 639                   | 440                 | -                     | 440                   |
| IRPJ a recolher   | 787                 | 100.848               | 101.635               | 1.678               | 96.528                | 98.206                |
| CSLL a recolher   | 292                 | 38.273                | 38.565                | 621                 | 36.453                | 37.074                |
| COFINS a recolher | -                   | 49.296                | 49.296                | -                   | 47.152                | 47.152                |
| PIS a recolher    | -                   | 10.519                | 10.519                | -                   | 10.059                | 10.059                |
| Impostos Retidos  | 34                  | -                     | 34                    | 27                  | -                     | 27                    |
| ICMS a recolher   | 6                   | 1.094                 | 1.100                 | 457                 | 1.334                 | 1.791                 |
| Outros            | 54                  | 4.750                 | 4.804                 | 52                  | 4.616                 | 4.668                 |
| <b>Total</b>      | <b><u>4.172</u></b> | <b><u>472.199</u></b> | <b><u>476.371</u></b> | <b><u>5.352</u></b> | <b><u>455.917</u></b> | <b><u>461.269</u></b> |

### 13 - Parcelamentos

|                       | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>      |
|-----------------------|----------------------|----------------------|
| PERT (a)              | 1.406                | 1.274                |
| Lei 12.996/14 (b)     | 2.231                | 2.077                |
| FGTS                  | 742                  | 711                  |
| ICMS                  | 111                  | 267                  |
| Ordinário             | 1.632                | 3.028                |
| <b>Circulante</b>     | <b><u>6.122</u></b>  | <b><u>7.357</u></b>  |
| PERT (a)              | 7.897                | 8.432                |
| Lei 12.996/14 (b)     | 13.198               | 14.369               |
| FGTS                  | 4.683                | 5.141                |
| ICMS                  | 13                   | 180                  |
| Ordinário             | 2.571                | 1.096                |
| <b>Não Circulante</b> | <b><u>28.362</u></b> | <b><u>29.218</u></b> |



#### (a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

|  |                   |
|--|-------------------|
| Débitos Previdenciários  | 8.934             |
| Demais Débitos   | 47.614            |
| <b>Total dos débitos incluídos no PERT</b>                       | <b>56.548 (i)</b> |
| ( - ) Anistia de multa, juros e encargos legais                  | (25.218) (iii)    |
| ( - ) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | (7.845) (ii)      |
| ( - ) Pagamentos efetuados até dezembro de 2021                  | (15.916)          |
| ( + ) Atualização Selic até dezembro de 2021                     | 2.137             |
| <b>Saldo remanescente em 31/12/2021</b>                          | <b>9.706</b>      |
| ( + ) Atualização Selic de Jan-22 até Dez-22                     | 777               |
| ( - ) Pagamentos efetuados de Jan-22 até Dez-22                  | (1.180)           |
| <b>Saldo remanescente em 31/12/2022</b>                          | <b>9.303</b>      |
| Circulante   | 1.406             |
| Não circulante   | 7.897             |

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

| Esfera                                  | Natureza                | Valor         |
|---|-------------------------|---------------|
| Secretaria da receita federal do Brasil | Débitos previdenciários | 8.078         |
|   | Demais débitos          | 1.729         |
| Procuradoria-geral da fazenda           | Débitos previdenciários | 856           |
|   | Demais débitos          | 45.885        |
| <b>Total</b>                            |                         | <b>56.548</b> |

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes do previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta o racional e memória de cálculo das referidas reduções:



| Esfera                        | Natureza                | Débito        | Valor da dívida | (Entrada)     | Saldo em 31/12/17 | Anistia       |        |
|-------------------------------|-------------------------|---------------|-----------------|---------------|-------------------|---------------|--------|
|                               |                         |               |                 |               |                   | %             | R\$    |
| Procuradoria-Geral da Fazenda | Débitos previdenciários | Principal     | 430             | (86)          | 344               | 0%            | -      |
|                               |                         | Multa         | 86              | (17)          | 69                | 50%           | 35     |
|                               |                         | Juros         | 197             | (39)          | 158               | 80%           | 126    |
|                               |                         | Encargos      | 143             | (29)          | 114               | 100%          | 114    |
|                               | Demais débitos          | Principal     | 6.789           | (1.358)       | 5.431             | 0%            | -      |
|                               |                         | Multa         | 5.426           | (1.085)       | 4.341             | 50%           | 2.171  |
|                               |                         | Juros         | 26.022          | (5.205)       | 20.817            | 80%           | 16.654 |
|                               |                         | Encargos      | 7.648           | (1.530)       | 6.118             | 100%          | 6.118  |
| <b>Total</b>                  |                         | <b>46.741</b> | <b>(9.349)</b>  | <b>37.392</b> |                   | <b>25.218</b> |        |

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

#### (b) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela receita federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro a seguir o resumo da adesão ao parcelamento:

| Lei nº 12.996/2014                                 |               |
|--|---------------|
| Passivo tributário parcelado                       | 76.297        |
| (-) Reduções da lei 12.996/2014                    | (23.310)      |
| (-) Montante utilizado do prejuízo fiscal          | (25.087)      |
| <b>Total líquido do passivo tributário aderido</b> | <b>27.900</b> |
| Amortização líquida até 31/12/22                   | (12.471)      |
| <b>Saldo remanescente em 31/12/2022</b>            | <b>15.429</b> |
| Circulante   | 2.231         |
| Não circulante                                     | 13.198        |

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a receita federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c"



do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

#### 14 - Impostos diferidos

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2010 em virtude do reconhecimento do custo atribuído:

| Ativo ajustado                   | Custo<br>Atribuído | Impostos Diferidos |              |               |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------|---------------|
|                                  |                    | IR (25%)           | CSLL (9%)    | Total         |
| Terrenos                         | 15.719             | 3.930              | 1.415        | 5.345         |
| Obras Cíveis                     | 33.592             | 8.398              | 3.023        | 11.421        |
| Máquinas e equipamentos          | 13.263             | 3.316              | 1.194        | 4.510         |
| Móveis e Utensílios              | 3.619              | 905                | 326          | 1.231         |
| Veículos                         | 191                | 48                 | 17           | 65            |
| Computadores e Periféricos       | 582                | 146                | 52           | 198           |
| <b>Total</b>                     | <b>66.966</b>      | <b>16.743</b>      | <b>6.027</b> | <b>22.770</b> |
| Diferimento até 31/12/2022       |                    | (5.751)            | (2.070)      | (7.821)       |
| <b>(A) = Saldo em 31/12/2022</b> |                    | <b>10.992</b>      | <b>3.957</b> | <b>14.949</b> |

Base de cálculo do Imposto Diferido reconhecido em 2022 sobre as diferenças temporárias:

| Diferenças Temporárias               | Valor  | Impostos Diferidos |              |               |
|--------------------------------------|--------|--------------------|--------------|---------------|
|                                      |        | IR (25%)           | CSLL (9%)    | Total         |
| Depreciação Atividade Rural          | 10.206 | 2.552              | 919          | 3.471         |
| Créditos fiscais não compensados     | 5.343  | 1.336              | 481          | 1.817         |
| Diferimento até 31/12/2022           |        | (1.418)            | (511)        | (1.929)       |
| <b>(B) = Saldo em 31/12/2022</b>     |        | <b>2.470</b>       | <b>889</b>   | <b>3.359</b>  |
| <b>(A + B) = Saldo em 31/12/2022</b> |        | <b>13.461</b>      | <b>4.846</b> | <b>18.307</b> |
| Circulante                           |        | 1.079              | 389          | 1.468         |
| Não circulante                       |        | 12.382             | 4.457        | 16.839        |



| <b>Impostos Diferidos</b>       |                 |                 |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|
|                                 | <b>31/12/22</b> | <b>31/12/21</b> |
| IRPJ diferido s/custo atribuído | 1.079           | 1.876           |
| CSLL diferido s/custo atribuído | 389             | 676             |
| <b>Circulante</b>               | <b>1.468</b>    | <b>2.552</b>    |
| IRPJ diferido s/custo atribuído | 12.382          | 12.784          |
| CSLL diferido s/custo atribuído | 4.457           | 4.602           |
| <b>Não circulante</b>           | <b>16.839</b>   | <b>17.386</b>   |

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

#### 14.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

|   | <b>31/12/22</b> | <b>31/12/21</b> |
|---|-----------------|-----------------|
| <b>Resultado antes do IR e CS</b>             | <b>12.992</b>   | <b>42.679</b>   |
| Aliquota fiscal nominal                       | 34%             | 34%             |
| <b>Despesa de tributos à alíquota nominal</b> | <b>4.417</b>    | <b>14.511</b>   |
| Resultado de participações societárias        | -               | -               |
| Provisão para perda - Impairment              | -               | -               |
| Contingências                                 | (1.699)         | 621             |
| Verbas indenizatórias                         | (765)           | (2.797)         |
| Diferença de depreciação                      | 462             | 124             |
| Variação cambial                              | 499             | (955)           |
| Subvenções governamentais                     | -               | (776)           |
| Diferenças temporárias                        | (1.630)         | 1.247           |
| Compensação com PF e BN                       | -               | (3.350)         |
| Provisão de devedores duvidosos               | 34              | 869             |
| Outros  | 2.622           | (625)           |
| <b>Despesa efetiva de IR e CSLL</b>           | <b>3.940</b>    | <b>8.869</b>    |
| IRPJ e CSLL - Diferido                        | 1.630           | (1.247)         |
| IRPJ e CSLL - Corrente                        | (8.067)         | (7.622)         |
| <b>Alíquota de imposto efetiva</b>            | <b>30%</b>      | <b>21%</b>      |

#### 15 - Partes relacionadas

##### a) Remuneração dos administradores

Os acionistas fixaram em até R\$ 2.500 mil a remuneração global anual dos administradores conforme assembleia geral ordinária realizada em 22 de abril de 2022. Durante o exercício de 2022 a diretoria executiva recebeu o montante de R\$ 2.190 referente a remuneração.

##### b) Operações com partes relacionadas



| <b>Ativo não circulante</b> | <b>31/12/22</b> | <b>31/12/21</b> |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|
| Valepar S/A                 | 5.243           | 84              |
| Sulaves S/A                 | 81              | 74              |
| Minupar Participações S/A   | 13.393          | 7.323           |
| Associação Atlética Minuano | 126             | 54              |
| <b>Total</b>                | <b>18.843</b>   | <b>7.535</b>    |

  

| <b>Passivo não circulante</b> | <b>31/12/22</b> | <b>31/12/21</b> |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Serra do Roncador Part. Ltda  | 5.367           | 11.498          |
| Minupar Participações S/A     | 5.260           | 5.260           |
| <b>Total</b>                  | <b>10.627</b>   | <b>16.758</b>   |

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Os juros atribuídos nas operações entre partes relacionadas foram pactuados dentro das condições de mercado praticada na época em que os respectivos contratos foram formalizados.

## 16 - Provisão para contingência

### a) Contingências Passivas

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

| Natureza     | 31/12/22      |                |                | 31/12/21      |                |                |
|--------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
|              | Contingências | Depósitos      | Saldo Residual | Contingências | Depósitos      | Saldo Residual |
| Trabalhista  | 9.868         | (4.668)        | 5.200          | 11.673        | (5.311)        | 6.362          |
| Cível        | 4.838         | (1.907)        | 2.931          | 4.924         | (1.010)        | 3.914          |
| Tributária   | 181           | -              | 181            | 416           | -              | 416            |
| <b>Total</b> | <b>14.887</b> | <b>(6.575)</b> | <b>8.312</b>   | <b>17.013</b> | <b>(6.321)</b> | <b>10.692</b>  |

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

|                            | Saldo Inicial |              | Provisões      | Reversões     | Saldo Final |  |
|----------------------------|---------------|--------------|----------------|---------------|-------------|--|
|                            | 31/12/2021    |              |                |               | 31/12/2022  |  |
| Contingências Trabalhistas | 11.673        | 4.772        | (6.578)        | 9.867         |             |  |
| Contingências Tributárias  | 416           | 98           | (333)          | 182           |             |  |
| Contingências Cíveis       | 4.924         | 296          | (381)          | 4.839         |             |  |
| <b>Total</b>               | <b>17.013</b> | <b>5.166</b> | <b>(7.292)</b> | <b>14.887</b> |             |  |

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de dezembro de 2022, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 100.251 (R\$ R\$ 98.258 em 31 de dezembro de 2021), destes, R\$ 90.305 (R\$ 90.186 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza cível e R\$ 9.946 (R\$ 8.072 em 31 de dezembro de 2021) são relativos à natureza trabalhista.

O principal processo classificado com probabilidade de risco de perda “possível” refere-se à ação nº 017/1.13.0002978-6, de natureza cível, que discute o pagamento de honorários contratuais de sucesso referente



a apuração de crédito prêmio de IPI sobre exportações, o montante atualizado desta contingência é de R\$ 81.886, e foi motivo de fato relevante, divulgado no dia 05 de março de 2020, devido a decisão desfavorável em primeira instância.

Todavia, em fevereiro de 2023, após interposição de recurso de apelação, foi proferido julgamento pelo tribunal de justiça do rio grande do sul para reformar a sentença e absolver a Companhia do pagamento daqueles honorários, sob o fundamento de que restou provado nos autos que os créditos apurados nunca foram homologados ou legitimados pela Receita Federal do Brasil, de modo que não houve qualquer proveito econômico pela Companhia, consequentemente inexistindo êxito em relação ao serviço prestado pela empresa de consultoria.

O processo supramencionado é relacionado no relatório de contingenciamento da Companhia e, de acordo com a análise individualizada pelos nossos assessores jurídicos, está classificado com o prognóstico de risco de perda “possível”, visto que não se esgotaram os recursos legais na esfera judicial, contudo, sabendo-se que restam medidas excepcionais para instâncias extraordinárias, a Companhia entende que é pouco provável uma futura saída de recursos.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 12 e 13.

## **17 - Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

O capital social da Companhia ao final do período é de R\$ 139.227 mil representado por 241.233.373 (duzentos e quarenta e um milhões, duzentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e três) ações ordinárias.

### **b) Ajuste de avaliação patrimonial**

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente da avaliação, com base no custo atribuído, de suas propriedades para investimento e de seu imobilizado.

### **c) Reserva legal**

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

### **d) Subvenções governamentais**

A Companhia possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Esses incentivos são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022 do incentivo fiscal totaliza a quantia de R\$ 6.240, conforme demonstrado em rubrica destacada no patrimônio líquido, denominada “reserva de incentivos fiscais”.

Em 30 de setembro de 2021, o governo do estado do Rio Grande do Sul, emitiu os decretos, 56.116 e 56.117, os quais modificam a metodologia de cálculo do referido incentivo fiscal, e também altera o prazo de encerramento do referido benefício, inicialmente o prazo previsto para tomada do benefício seria até 31 de dezembro de 2021, todavia, pelos novos decretos, não há menção de prazo final, apenas indicação de um cronograma vinculado a apuração do benefício, limitando a quantificação do crédito através de coeficientes, conforme indicado no quadro abaixo:



| Exercício        | Coefficiente FAF |
|------------------|------------------|
| 2022             | 0,95             |
| 2023             | 0,90             |
| A partir de 2024 | 0,85             |

#### e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

#### 18 - Cobertura de seguros

A Companhia tem por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A Companhia considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

#### 19 - Instrumentos financeiros e derivativos

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

**a) Risco de crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

**b) Risco de preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia, para minimizar estes riscos, acompanha permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 29% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia não opera com a proteção (hedge) de suas operações que estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar, e com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de dezembro de 2022, que indica o montante de R\$ 72.361. Considerando o impacto de variação do dólar, conforme projeção estimada da taxa para 5,25, o montante de recebíveis vinculados à dólar seria de R\$ 70.938.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:



| Contas a receber     | Vlr em USD    | Taxa Média | Valor em R\$  | Efeito Trava | Valor Justo   |
|----------------------|---------------|------------|---------------|--------------|---------------|
| Recebíveis com trava | 10.090        | 5,3134     | 53.613        | 972          | 54.585        |
| Recebíveis sem trava | 3.422         | 5,2171     | 17.855        | -            | 17.855        |
| <b>Total</b>         | <b>13.512</b> |            | <b>71.468</b> | <b>972</b>   | <b>72.440</b> |

d) **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias:

|                   | Selic estimada |                |
|-------------------|----------------|----------------|
|                   | 31/12/22       | 12,75%         |
| INSS a recolher   | 265.880        | 299.780        |
| FGTS a recolher   | 3.899          | 4.396          |
| IRRF a recolher   | 639            | 720            |
| IRPJ a recolher   | 101.635        | 114.593        |
| CSLL a recolher   | 38.565         | 43.482         |
| COFINS a recolher | 49.296         | 55.581         |
| PIS a recolher    | 10.519         | 11.860         |
| Impostos Retidos  | 34             | 38             |
| ICMS a recolher   | 1.100          | 1.240          |
| Outros            | 4.804          | 5.417          |
| <b>Total</b>      | <b>476.371</b> | <b>537.107</b> |

O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2023, que foi de 12,75%.

## 20 - Receitas

As receitas da Companhia são oriundas de vendas efetuadas para o mercado interno e externo, distribuídas da seguinte forma:

|   | 31/12/22       |                |                | 31/12/21       |               |                |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|
|   | Mercado        | Mercado        | Total          | Mercado        | Mercado       | Total          |
|   | Interno        | Externo        |                | Interno        | Externo       |                |
| Receita bruta de produtos e serviços          | 280.551        | 110.853        | 391.404        | 250.614        | 93.194        | 343.808        |
| (-) Impostos                                  | (24.939)       | -              | (24.939)       | (23.575)       | -             | (23.575)       |
| (-) Devoluções                                | (407)          | (318)          | (725)          | (267)          | (322)         | (589)          |
| <b>Receita líquida de produtos e serviços</b> | <b>255.205</b> | <b>110.535</b> | <b>365.740</b> | <b>226.772</b> | <b>92.872</b> | <b>319.644</b> |

O critério para reconhecimento da receita com vendas está de acordo com as orientações previstas na NBC TG 47 - Receita de contrato com cliente.



## 21 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais segregados por natureza.

|                                | <u>31/12/22</u>       | <u>31/12/21</u>       |
|--------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Salários                       | 69.854                | 67.044                |
| Matérias primas                | 54.321                | 48.228                |
| Encargos sociais               | 17.012                | 17.162                |
| Energia elétrica               | 17.864                | 16.259                |
| Manutenção Industrial          | 14.170                | 12.882                |
| Benefícios a empregados        | 14.207                | 14.204                |
| Depreciações                   | 6.597                 | 6.027                 |
| Férias e 13º salário           | 15.017                | 13.259                |
| Serviço de terceiros           | 12.340                | 9.317                 |
| Materiais de embalagem         | 24.961                | 22.247                |
| Combustíveis e lubrificantes   | 4.980                 | 2.450                 |
| Locações/Aluguéis              | 2.410                 | 2.331                 |
| Indenizações trabalhistas      | 85                    | 50                    |
| Equipamento de proteção        | 2.561                 | 3.650                 |
| Taxas e encargos legais        | 247                   | 280                   |
| Análises laboratoriais         | 1.454                 | 1.387                 |
| Fretes rodoviários e marítimos | 1.383                 | 983                   |
| Outros gastos                  | 2.037                 | 1.823                 |
| <b>Total</b>                   | <b><u>261.500</u></b> | <b><u>239.583</u></b> |

## 22 - Despesas gerais e administrativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza.

|                           | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>      |
|---------------------------|----------------------|----------------------|
| Salários                  | 5.571                | 4.514                |
| Serviço de terceiros      | 2.022                | 2.393                |
| Benefícios a empregados   | 2.164                | 1.209                |
| Encargos sociais          | 990                  | 1.060                |
| Depreciações              | 413                  | 374                  |
| Férias e 13º salário      | 1.005                | 911                  |
| Indenizações trabalhistas | 3                    | 7                    |
| Manutenção Predial        | 197                  | 178                  |
| Telefonia                 | 61                   | 58                   |
| Taxas e encargos legais   | 74                   | 76                   |
| Viagens e estadias        | 66                   | 30                   |
| Energia elétrica          | 107                  | 107                  |
| Outras despesas           | 946                  | 613                  |
| <b>Total</b>              | <b><u>13.619</u></b> | <b><u>11.530</u></b> |

## 23 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas segregadas por natureza.



|                                  | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>      |
|----------------------------------|----------------------|----------------------|
| Fretes rodoviários e marítimos   | 23.555               | 12.477               |
| Custos aduaneiros                | 3.208                | 2.427                |
| Salários                         | 759                  | 609                  |
| Serviço de terceiros             | 121                  | 257                  |
| Publicidade e propaganda         | 342                  | 431                  |
| Comissões sobre vendas           | 1.064                | 879                  |
| Provisões (reversões) para perda | 99                   | 2.571                |
| Encargos sociais                 | 169                  | 125                  |
| Telefonia                        | 96                   | 89                   |
| Análises laboratoriais           | 12                   | 11                   |
| Férias e 13º salário             | 167                  | 129                  |
| Benefícios a empregados          | 64                   | 70                   |
| Combustíveis e lubrificantes     | 17                   | 15                   |
| Viagens e estadias               | 47                   | 7                    |
| Depreciações                     | 7                    | 7                    |
| Outros gastos                    | 234                  | 304                  |
| <b>Total</b>                     | <b><u>29.961</u></b> | <b><u>20.408</u></b> |

## 24 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais.

|                                      | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>     |
|--------------------------------------|----------------------|---------------------|
| Despesas legais e regulatórias       | 923                  | 602                 |
| Custo na alienação de ativos         | 571                  | 38                  |
| Provisões para Contingências         | (2.126)              | (6.415)             |
| Despesas com processos judiciais (a) | 18.237               | 13.321              |
| Reversão de créditos tributários     | 225                  | 197                 |
| Despesas fábricas inativas           | 118                  | 185                 |
| Despesas Gerais                      | 69                   | 112                 |
| <b>Total</b>                         | <b><u>18.017</u></b> | <b><u>8.040</u></b> |

a) O principal processo que compõe o montante de R\$ 18.237 apresentado na rubrica de “Despesas com processos judiciais”, refere-se à processo de natureza cível, em que as partes firmaram acordo no montante de R\$ 11.000 em fevereiro de 2023.

## 25 - Outras receitas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras receitas operacionais.

|                                   | <u>31/12/22</u>     | <u>31/12/21</u>      |
|-----------------------------------|---------------------|----------------------|
| Créditos Fiscais                  | 245                 | 1.108                |
| Venda de sucata e lenha           | 156                 | 163                  |
| Receita de aluguel                | 769                 | 398                  |
| Verbas Indenizatórias             | -                   | 125                  |
| Subvenções Governamentais         | 2.443               | 2.280                |
| Crédito ICMS na base PIS e COFINS | -                   | 5.343                |
| Recuperação de despesas           | 5.075               | 4.102                |
| <b>Total</b>                      | <b><u>8.688</u></b> | <b><u>13.519</u></b> |



## 26 - Despesas financeiras

As despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

|   | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>      |
|---|----------------------|----------------------|
| Juros de atualização de dívidas tributárias (a) | 19.031               | 7.435                |
| Juros de operações com partes relacionadas (b)  | 2.509                | 3.997                |
| Pis/Cofins s/receita financeira                 | 11                   | 12                   |
| Despesas/Tarifas Bancárias                      | 226                  | 208                  |
| Descontos financeiros concedidos                | 565                  | 511                  |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos        | 150                  | 80                   |
| Variações cambiais passivas                     | 17.204               | 8.828                |
| Encargos legais                                 | 993                  | 4.405                |
| <b>Total</b>                                    | <b><u>40.689</u></b> | <b><u>25.476</u></b> |

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) Refere-se a atualização da dívida firmada com partes relacionadas, conforme indicado na nota explicativa 15.

## 27 - Receitas financeiras

As receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

|                               | <u>31/12/22</u>      | <u>31/12/21</u>      |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|
| Variações cambiais ativas     | 15.887               | 13.518               |
| Descontos financeiros obtidos | 58                   | 112                  |
| Outras receitas financeiras   | 341                  | 97                   |
| Juros de créditos Fiscais (a) | 229                  | 4.219                |
| <b>Total</b>                  | <b><u>16.515</u></b> | <b><u>17.946</u></b> |

(a) Refere-se ao reconhecimento dos juros de atualização de créditos fiscais vinculados ao processo do crédito de ICMS sobre PIS e COFINS, conforme indicado na nota explicativa nº 7.

## 28 - Informações por segmento

A Companhia atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro a seguir, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia:



|  | Industrializados     |                | Serviços de Frigorífico, Abate e<br>Processamento de Aves |                | Corporativo<br>(Centro Administrativo) |                 | Total          |                |
|--|----------------------|----------------|---|----------------|--|-----------------|----------------|----------------|
|  | 31/12/22             | 31/12/21       | 31/12/22  | 31/12/21       | 31/12/22                               | 31/12/21        | 31/12/22       | 31/12/21       |
|  | <b>Receita bruta</b> | <b>205.329</b> | <b>178.021</b>  | <b>186.075</b> | <b>165.787</b>                         | -               | -              | <b>391.404</b> |
| Impostos e devoluções                          | (23.403)             | (22.106)       | (2.261)   | (2.058)        | -                                      | -               | (25.664)       | (24.164)       |
| <b>Receita líquida</b>                         | <b>181.926</b>       | <b>155.915</b> | <b>183.814</b>  | <b>163.729</b> | -                                      | -               | <b>365.740</b> | <b>319.644</b> |
| Custos   | (114.471)            | (101.542)      | (147.029)   | (138.041)      | -                                      | -               | (261.500)      | (239.583)      |
| <b>Lucro bruto</b>                             | <b>67.455</b>        | <b>54.373</b>  | <b>36.785</b>   | <b>25.688</b>  | -                                      | -               | <b>104.240</b> | <b>80.061</b>  |
| Despesas administrativas                       | -                    | -              | -   | -              | (13.619)                               | (11.530)        | (13.619)       | (11.530)       |
| Despesas com vendas                            | (29.961)             | (20.408)       | -   | -              | -                                      | -               | (29.961)       | (20.408)       |
| Outras despesas operacionais                   | -                    | -              | -   | -              | (19.017)                               | (8.040)         | (18.017)       | (8.040)        |
| Outras receitas operacionais                   | -                    | -              | -   | -              | 8.688                                  | 13.519          | 8.688          | 13.519         |
| <b>Resultado antes dos efeitos financeiros</b> | <b>37.494</b>        | <b>33.965</b>  | <b>36.785</b>   | <b>25.688</b>  | <b>(23.948)</b>                        | <b>(6.051)</b>  | <b>51.331</b>  | <b>53.602</b>  |
| Despesas financeiras                           | -                    | -              | -   | -              | (40.689)                               | (25.476)        | (40.689)       | (25.476)       |
| Receitas financeiras                           | -                    | -              | -   | -              | 16.515                                 | 17.946          | 16.515         | 17.946         |
| <b>Resultado antes dos tributos</b>            | <b>37.494</b>        | <b>33.965</b>  | <b>36.785</b>   | <b>25.688</b>  | <b>(48.122)</b>                        | <b>(13.581)</b> | <b>27.157</b>  | <b>46.072</b>  |
| CSLL e IRPJ diferido                           | -                    | -              | -   | -              | 1.630                                  | (1.247)         | 1.630          | (1.247)        |
| CSLL e IRPJ correntes                          | -                    | -              | -   | -              | (8.067)                                | (7.622)         | (8.067)        | (7.622)        |
| <b>Resultado líquido do exercício</b>          | <b>37.494</b>        | <b>33.965</b>  | <b>36.785</b>   | <b>25.688</b>  | <b>(54.559)</b>                        | <b>(22.450)</b> | <b>20.720</b>  | <b>37.203</b>  |

## 29 - Resultado por ação

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação, em milhares de reais, acumulado no período.

|                                       | 31/12/22 | 31/12/21 |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Quantidade de ações                   | 241.233  | 241.233  |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | 20.720   | 37.203   |
| Resultado diluído por ação            | 0,08589  | 0,15422  |

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

## 30 - Outras informações

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2022, foi eleita a nova Diretoria, com mandato de 1 ano ou até a posse dos substitutos, sendo: Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, Sr. Tiago Silveira do Pinho e Sr. Fernando Ataíde Silva Jorge, todos como diretores.

No dia 28 de outubro de 2022, a Companhia controladora, Minupar, comunicou com grande pesar aos seus acionistas e ao mercado em geral, sobre o falecimento da diretora Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, ocorrido em 27 de outubro de 2022. Com isso, em 17 de novembro de 2022 foi realizada Assembleia Extraordinária a qual elegeu a Sra. Margareth Schacht Herrmann para cumprir o restante do mandato na Diretoria da empresa.